

INFORMATIVO bancário



bancariosdf.com.br | Brasília, 2 de dezembro de 2025 | Edição 1.545



MASTER

POR QUE ELES APROVARAM A COMPRA DO BANCO MASTER?

Os deputados da Câmara Legislativa que aprovaram a compra do Banco Master pelo BRB foram cúmplices de uma negociata que atenta contra o patrimônio público e os interesses da população do Distrito Federal. Ao aprovarem, em menos de três horas e em sessão relâmpago, o Projeto de Lei 1882/2025, mesmo diante de alertas de risco, falta de transparência, ausência de justificativas claras e críticas de parlamentares que apontavam a proposta como um golpe contra o DF, esses deputados deram licença para um esquema que beneficiava banqueiros privados às custas dos cofres públicos.

DRA. JANE



(AGIR)

EDUARDO PEDROSA



(UNIÃO BRASIL)

HERMETO



(MDB)

IOLANDO



(MDB)

JAQUELINE SILVA



(AGIR)

JOÃO CARDOSO



(AVANTE)

JORGE VIANNA



(PSD)

MARTINS MACHADO



(REPUBLICANOS)

PASTOR DANIEL DE CASTRO



(PP)

PEPA



(PP)

ROBERIO NEGREIROS



(PSD)

ROOSEVELT VILELA



(PL)

THIAGO MANZONI



(PL)

ROGÉRIO MORRO DA CRUZ



(UNIÃO BRASIL)

WELLINGTON LUIZ



(MDB)

ELES SABIAM E NADA FIZERAM

A imprensa revelou um suposto plano de governança articulado por Daniel Vorcaro, ex-controlador do Banco Master, que poderia ampliar sua influência sobre o BRB por meio da criação da BRB Participações, estrutura que permitiria ao Master adquirir até 36% do banco público. Segundo as apurações, autoridades do Governo do Distrito Federal, incluindo Ibaneis Rocha e Celina Leão, tinham conhecimento do desenho, que abriria espaço para interferência direta na gestão do BRB.

De acordo com o material jornalístico, Celina Leão teria sido informada sobre o avanço de investigações do Banco Central e pedido a um interlocutor que alertasse sobre o endurecimento das apurações, numa possível tentativa de minimizar seus efeitos. As denúncias surgem no contexto da Operação Compliance Zero, que levou à prisão de Vorcaro e à liquidação extrajudicial do Banco Master, interrompendo negociações que poderiam viabilizar seu ingresso no Conselho do BRB. Especialistas ouvidos avaliam que estruturas paralelas como a BRB Participações criariam risco de captura institucional, conflitos entre interesses públicos e privados e instabilidade para trabalhadores e usuários.



BOMBA-RELÓGIO

O BRB e o Banco Master tornaram-se o centro de uma crise que ameaça estremecer o cenário político e econômico do Distrito Federal. A possibilidade de delação premiada por parte de dois aliados históricos do centrão provocou forte apreensão entre autoridades e empresários, diante de potenciais revelações envolvendo negócios bilionários e relações consolidadas ao longo de décadas. No epicentro dessa tensão está Paulo Henrique Costa, ex-presidente do BRB, indicado por Ciro Nogueira e responsável pelas parcerias firmadas entre o banco público e o Banco Master desde 2019.



NOVO PRESIDENTE DO BRB ASSUME PROMETENDO "CHOQUE DE GESTÃO".

Leia em bancariosdf.com.br

AUDIÊNCIA NA CÂMARA FEDERAL DEBATE PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO BB

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados realizou, nesta segunda-feira (1º), audiência pública para debater a precarização das condições de trabalho no BB, em iniciativa da deputada Érika Kokay (PT-DF). A professora e pesquisadora da UnB Ana Magnólia Mendes apresentou estudos que apontam a existência de uma gestão baseada no medo, agravada pelo uso de inteligência artificial na seleção e no controle do trabalho. Segundo ela, “o medo da exclusão e de perder comissionamentos tem provocado grandes riscos psicossociais, levando a uma degradação do ambiente de trabalho”.

O presidente da Fetec-CUT/CN, Rodrigo Britto, destacou o desmonte da função pública do BB desde 2016 e os impactos sobre o corpo funcional. Ele lembrou que o banco, historicamente estratégico para o desenvolvimento do país, passou a adotar práticas de mercado que precarizam

o trabalho. “Logo após essa mudança vieram profundos ataques à categoria”, afirmou Britto, denunciando a meritocracia distorcida e a criação de quatro faixas de remuneração para a mesma função, além do aumento do adoecimento e até mortes decorrentes do ambiente de pressão.

O presidente do Sindicato, Eduardo Araújo, reforçou que a atual gestão do BB não ataca apenas os funcionários, mas o caráter público da instituição. Ele criticou a ausência de prestação de contas à Câmara e a priorização dos interesses dos acionistas. “Será que os acionistas sabem que a busca do lucro está semeando pavor, sangue e sofrimento entre a categoria?”, questionou. Araújo denunciou ainda que “os funcionários têm sido tratados com ódio” e alertou para novos descomissionamentos com a imposição da jornada de 8 horas. A audiência encaminhou reuniões com



entidades do Judiciário trabalhista e a ida de uma comissão de parlamentares à Presidência do BB para tratar da crise vivida pela categoria, além de reuniões com a Secretaria Nacional do Direito do Consumidor, pois os serviços do banco também impactam os clientes e usuários.

ELEIÇÃO DO CONSELHO DE USUÁRIOS DO SAÚDE CAIXA: CATEGORIA DECIDE REPRESENTAÇÃO PARA OS PRÓXIMOS TRÊS ANOS

Em janeiro de 2026, será realizada a eleição para o Conselho de Usuários do Saúde Caixa, instância essencial para a defesa, monitoramento e fiscalização do plano de saúde dos empregados da Caixa. Criado em 2004, o Conselho é um órgão autônomo, de caráter consultivo, responsável por acompanhar a qua-

lidade do atendimento, propor melhorias e atuar pela sustentabilidade do modelo de custeio.

O Saúde Caixa enfrenta, nos últimos anos, uma série de desafios estruturais: aumento dos custos médicos, mudanças regulatórias, tentativas de alteração no modelo de custeio e pressões que afetam a cobertura e a quali-

dade do atendimento. Em momentos assim, a composição do Conselho torna-se ainda mais estratégica.

Por isso, o Sindicato apoia a chapa Movimento pela Saúde, uma composição de representatividade nacional, de empregados da ativa e aposentados, com histórico de defesa permanente do Saúde Caixa. Votar é



essencial para assegurar transparência, fiscalização dos reajustes e defesa do modelo solidário do Saúde Caixa.

SINDICATO EMPOSSA DELEGADOS SINDICAIS DO BB, CAIXA E BRB

O Sindicato empossou os novos delegados e delegadas sindicais do BB, da Caixa e do BRB, em cerimônia realizada no dia 11. Durante a abertura, o presidente **Eduardo Araújo** destacou a importância estratégica dos delegados na construção de uma categoria unida. **Fabiana Uehara**, conselheira eleita de Administração da Caixa, reforçou a relevância do diálogo permanente entre bancários e o Sindicato.

Os participantes também acompanharam um painel de conjuntura que abordou a Campanha Nacional dos Bancários e o cená-

rio político de 2026, com análises de Ricardo Berzoini sobre os desafios futuros e a centralidade da organização da base. Além disso, foram apresentados os resultados de uma pesquisa realizada com 910 bancários do DF entre setembro e outubro.

Ao final do evento, ocorreu a diplomação simbólica dos representantes eleitos do BB, BRB e Caixa, com dirigentes da Fetec-CUT/CN e do Sindicato entregando certificados a delegados que representaram simbolicamente todos os demais.



**ASSOCIADOS JÁ PODEM SOLICITAR O
BÔNUS SINDICAL 2025**

Acesse pelo QR Code:



SANTANDER ANUNCIA MUDANÇAS NO SEGMENTO EMPRESAS E PROVOCA ONDA DE INSEGURANÇA ENTRE TRABALHADORES

Um comunicado do Santander informando que haveria uma “reestruturação” no segmento Empresas, sem explicar detalhes, desencadeou um clima de apreensão entre trabalhadores e mobilizou imediatamente as entidades sindicais. Desde o anúncio, uma sequência de decisões internas ampliou o sentimento de instabilidade. Procurados, os sindicatos confirmaram que o “caos estava instalado”. No dia 25 passado, a COE se reuniu com representantes do banco em busca de esclarecimentos. Apesar da pressão, o Santander limitou-se a afirmar que haveria apenas uma mudança na “caracterização” do segmento, recusando-se a fornecer mais informações sob o argumento de que se tratava de estratégia comercial.

A COE apresentou dados do Dieese que mostram que o lucro da holding tem sido cada vez



mais deslocado para outras empresas do grupo. O levantamento aponta que o Santander Brasil acumulou R\$ 11,5 bi e lucro nos primeiros nove meses. Desse total, apenas 40% são atribuídos ao banco, enquanto 60% vêm das demais empresas.

Por outro lado, desde 2019, o Santander fechou 1.367 agências, enquanto o número de clientes aumentou em 22,3 milhões. Além disso, foram 2.171 demissões em apenas três meses e 3.288 desligamentos em doze meses. A COE questionou também a que custo o Brasil mantém a posição de segunda maior operação lucrativa do mundo, atrás apenas da Espanha.

Para **Eliza Espindola**, representante da Fetecc-CUT/CN na COE, a condução do processo pelo banco gera insegurança e demonstra falta de respeito com os trabalhadores. “A estratégia comercial não pode ser mais importante do que a saúde dos seus funcionários.” A COE reforçou que seguirá acompanhando o caso e cobrando informações claras sobre qualquer mudança que possa afetar empregos, condições de trabalho ou organização interna.

BANCÁRIOS EXIGEM RESPONSABILIDADE DO ITAÚ DIANTE DE REESTRUTURAÇÕES E FECHAMENTOS



A COE do Itaú se reuniu com a direção do banco dia 18 para discutir teletrabalho, fechamento de agências e reestruturação. A representação dos trabalhadores cobrou transparência e denunciou práticas abusivas, sobretudo no regime remoto, após casos de demissões motivadas por monitoramento excessivo. A COE entregou um ofício com propostas de proteção ao teletrabalho, e o Itaú assumiu compromisso de construir novas cláusulas específicas para regulamentar o modelo.

O fechamento de 241 agências também foi alvo de forte crítica, já que 18% dos trabalhadores diretamente afetados foram demitidos, apesar da

alta lucratividade do banco. Os dirigentes relataram sobrecarga, desorganização e falta de estrutura nas unidades receptoras, além de prejuízos à população, especialmente idosos e moradores de regiões periféricas. A COE também criticou a falta de critérios e transparência na avaliação de empregados realocados, que vêm enfrentando insegurança e metas incompatíveis com as mudanças internas. O Itaú confirmou que continuará fechando unidades e anunciou reformas e negociações com o INSS, medidas consideradas insuficientes pelos representantes.

Outro ponto de tensão foi o plano de reestruturação até 2030, que prevê a divisão do banco em seis segmentos, sem detalhes claros sobre impactos e qualificações necessárias. Para a COE, o discurso de responsabilidade social do Itaú não condiz com a prática, marcada por cortes, adoecimento e intensa pressão sobre os trabalhadores. O banco apresentou ainda dados do Banco de Horas e se comprometeu a retomar as reuniões do GERA, consideradas essenciais para corrigir distorções e garantir proteção à categoria.

BANCÁRIOS DO BRADESCO APROVAM ACORDO DO NOVO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO

Os bancários do Bradesco aprovaram, em assembleia virtual realizada dia 14, a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho referente ao Sistema de Registro Eletrônico de Jornada. O acordo mantém o modelo atual de ponto eletrônico, preservando regras já conhecidas pela categoria.

A vigência, entre 2025 e 2027, marcará a implementação de uma nova etapa tecnológica. A principal mudança será a migração gradual do registro de ponto do relógio de parede para o computador dos trabalhadores, em todas as unidades do banco. Entre as novidades estão a mensageria (alertas visuais sobre jornada e horas extras) e o trava-tela, que bloqueia a estação de trabalho em caso de irregularidades na marcação. O banco também garantiu que não haverá uso de celular, geolocalização ou outras formas adicionais de monitoramento.

